

Senado vota emendas ao novo modelo do setor elétrico

O Plenário deve votar na tarde de hoje as emendas e destaques ao projeto que estabelece novas regras para o setor elétrico brasileiro. O texto básico foi aprovado na última quinta-feira, após acordo entre governo e oposição em torno de várias mudanças. A proposta está trancando a pauta

Página 3

Mulheres recebem Prêmio Bertha Lutz

Congresso comemora hoje o Dia Internacional da Mulher, junto com a entrega do Diploma Mulher-Cidadã.

Página 4

Orçamento pode aprovar hoje relatório sobre o PPA

Documento prevê o crescimento da economia em 3,5% neste ano.

Página 3



Márcia Kelome

SUBSÍDIOS Audiência visa instruir votação de projeto que estimula programação regional

Conselho discute programação de rádio e TV

O Conselho de Comunicação Social debateu ontem a regionalização da programação cultural, artística e jornalística e a produção independente nas emissoras de rádio e TV. O conselho volta a se reunir hoje.

Página 8

Portugal, porta de entrada do Brasil no mercado europeu

O primeiro-ministro de Portugal, José Manuel Durão Barroso, considera importante que empresários brasileiros aproveitem laços com portugueses para intensificar comércio com países europeus.

Página 8

Durão Barroso no Congresso, entre o embaixador Paes de Andrade e o presidente do Senado, José Sarney



Gerardo Magela

Valmir Amaral quer combate à pornografia infantil

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) pediu uma atuação mais intensa das autoridades brasileiras no combate à exploração de pornografia infantil, especialmente pela Internet. Ele afirmou que ficou extremamente incomodado com o resultado de pesquisa realizada pela organização italiana Rainbow Phone, classificando o Brasil como o quarto maior hospedeiro de sítios eletrônicos de pornografia infantil do mundo, acompanhando nos primeiros lugares os Estados Unidos, a Coreia do Sul e a Rússia.

– Mais do que um ultraje, isso depõe contra todo o processo democrático e civilizador pelo qual o país tem passado nos últimos anos – declarou.

A pesquisa, observou Valmir Amaral, indicou que em 2003 houve um aumento de 70% do número de sítios dessa natureza. De acordo com o senador, isso mostra que não tem havido suficiente repressão por parte dos órgãos de fiscalização.

– O poder público deve adotar medidas mais enérgicas e austeras – defendeu.



VERGONHA Para Valmir Amaral, crime depõe contra processo democrático no país

Agenda



Parlamentares fazem homenagem às mulheres

Será realizada hoje, às 10h, sessão solene do Congresso Nacional em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, celebrado ontem, e para a entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. O evento faz parte das comemorações do Ano da Mulher. Às 14h30, o Plenário vota destaques ao projeto que muda as regras de comercialização da energia elétrica (PLV 1/04) e proposta que cria a Empresa de Pesquisa Energética (PLV 2/04).

Sarney preside sessão solene do Congresso

O presidente do Senado, José Sarney, preside hoje, às 10h, a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher. Às 11h45, Sarney recebe o embaixador do Brasil em Israel, Sérgio Moreira Lima, e, às 12h30, o

presidente mundial da Eli Lilly Indústria Farmacêutica, Sidney Taurel. Às 17h, o presidente do Senado participa, na biblioteca da Casa, do lançamento do livro *Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz – 3 anos*.

Presidente da Funai fala sobre demarcações em RR e MS

O presidente da Funai, Mércio Gomes (foto), participa hoje, às 17h30, de audiência na comissão temporária criada para tratar das demarcações de terras indígenas em Roraima e em Mato



Grosso do Sul. Às 18h, a CPI da Terra, que apura questões relativas à reforma agrária, realiza reunião administrativa para definir os calendários de trabalho do colegiado.

Dedução integral de despesas com educação no IRPF

Hoje, às 11h, a Comissão de Educação (CE) discute projeto do então senador Carlos Wilson, que permite dedução integral das despesas com educação na

base de cálculo do Imposto de Renda (PLS 81/02). A proposta será analisada também pela Comissão de Assuntos Econômicos. Ainda na pauta da CE

projeto da então senadora Íris de Araújo que cria sistema de cotas para alunos carentes em universidades públicas (PLS 215/03).

CAE examina projeto sobre segurança pública

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota hoje, a partir das 10h, projeto do senador Magno Malta (PL-ES) – foto – que acrescenta aos pré-requisitos para o acesso ao Fundo Nacional de Segurança Pública o cadastro a um sistema nacional de informações sobre o setor (PLS 310/03). Os senadores examinam ainda programa de alfabetização para empresas de construção civil (PLS 174/03).



Conselho de comunicação

A Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação, grupo temático do Conselho de Comunicação Social, reúne-se hoje, às 14h, para elaborar parecer ao projeto de lei que dispõe sobre a regionalização da programação em emissoras de rádio e TV e sobre produção independente (PLC 59/03).

Relatório do PPA em votação

O novo relatório sobre o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, com investimentos do governo para o período, deve ser votado hoje, às 14h30, pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). O primeiro parecer foi rejeitado por propor a redução gradual do superávit primário que, no relatório atual, foi mantido em 4,25% do PIB.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



SEM CASTIGO Impunidade de jovens aumenta número de crimes, afirma Papaléo Paes

Proposta de Papaléo antecipa maioria

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) defendeu ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) para antecipar a maioria penal nos casos de crimes hediondos ou lesão corporal de natureza grave, desde que o menor apresente idade psicológica igual ou superior a 18 anos, manifestando pleno entendimento do caráter ilícito de seu ato.

Segundo ele, 89% da população brasileira já se pronunciaram favoravelmente à antecipação da maioria penal, de acordo com pesquisa divulgada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Para Papaléo, a fixação da idade mínima a partir da qual seria caracterizada a maioria penal é tarefa das mais difíceis, por isso ele preferiu não fixá-la na PEC. A título de informação, Papaléo ressaltou que, nos Estados Unidos, a maioria penal é atingida aos sete anos; na Inglaterra, aos dez; na França, aos 13; no Japão e na Itália, aos 14; e, em Portugal, aos 16.

Aumento de crimes

A quase impunidade dos jovens criminosos, na opinião do senador, contribuiu para elevar o número de crimes cometidos por menores. Ele citou dados do DF, em que a média mensal de latrocínios cometidos por menores cresceu de 1,75% do total, em 1998, para 4% em 2003. Já o número de homicídios subiu de 108, em 2000, para 129, em 2002, e 232, em 2003, ou seja, aumento de 80% em um ano.

Papaléo destacou ainda que a revolução na informática e nas comunicações permite o rápido desenvolvimento intelectual, daí a necessidade de se avaliar a compreensão que o menor infrator tem de sua conduta, ou seja, considerar sua idade psicológica.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Senado vota emendas à MP do setor elétrico

Mudanças que são objeto de acordo entre governo e oposição procuram tornar mais claras regras do setor

Os senadores votam na tarde de hoje emendas e destaques que foram apresentados ao projeto de lei de conversão da medida provisória (MP) que estabelece novas regras para o setor elétrico brasileiro. A matéria está bloqueando todas as votações na Casa, inclusive projetos com decisão terminativa nas comissões.

O texto básico da MP 144/03

Novo relatório sobre o PPA poderá ser aprovado hoje

O novo relatório sobre o projeto do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, que deve ser apreciado a partir das 14h30 de hoje pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), prevê o crescimento da economia em 3,5% neste ano. O crescimento seria mais acelerado a partir de 2005, com índices de 4% no próximo ano a 5% em 2007. No mesmo período, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) cairia de 5,5% em 2004 para 4% em 2007.

A aceleração do crescimento, segundo relatório apresentado pelo senador Sibá Machado (PT-AC), será compatível com a manutenção, pelos próximos quatro anos, do superávit primário equivalente a 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). O superávit – diferença entre receitas e despesas, excluído o pagamento de juros – permitirá, segundo a proposta, a redução do endividamento do setor público de 58,1% a 48,2% do PIB até 2007.

Sibá foi indicado relator do projeto do PPA depois que, em reunião ocorrida no dia 17 de fevereiro, a CMO decidiu rejeitar relatório elaborado pelo então relator, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), segundo o qual o superávit primário seria gradativamente reduzido ao longo dos próximos anos, até chegar a 3,25% em 2007. Dessa forma, o parlamentar fluminense esperava obter maiores recursos para investimentos do governo federal.

foi aprovado na última quinta-feira, em virtude de acordo feito entre governo e oposição em torno de várias mudanças, durante reunião que contou inclusive com a participação da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. As emendas objetos de acordo visam facilitar a concorrência e tornar mais claras as regras do setor.

Os líderes do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), e do PFL, José Agripino (RN), participaram da reunião e defenderam a aprovação, embora garantam que haverá um retrocesso na área, com o esvaziamento da agência reguladora (Agência Nacional de Energia Elétrica) e

uma reestatização parcial do setor.

Outro projeto de conversão de medida provisória que precisa ser aprovado para desbloquear a pauta de votações é o referente à Medida Provisória 145/03, que cria a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A futura empresa seria vinculada ao Ministério de Minas e Energia e teria como objetivo pesquisar e planejar o setor energético.

Empréstimo

Se a pauta de votações for desobstruída, poderá ser examinado pelo Plenário, na mesma sessão, o projeto de lei que garante fé pública à Carteira

Nacional de Habilitação. Isso significa que o documento passaria a equivaler à cédula de identidade.

Também figura na pauta projeto de resolução concedendo autorização para que a prefeitura de São Paulo contrate empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 100,5 milhões, para o Programa de Reabilitação da Área Central da capital paulista. O parecer do relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), é favorável à proposta.

Aguarda ainda votação requerimento do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que pede

informações ao ministro da Fazenda sobre processos que foram instaurados pelo Banco Central contra ex-diretores do Banco do Estado de Santa Catarina.

Para amanhã, está prevista a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) 22/00, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que torna obrigatória a execução integral do Orçamento Geral da União, impedindo o contingenciamento de verbas pelo governo. O parecer do relator, senador César Borges (PFL-BA), é favorável à matéria.



EVOLUÇÃO Um dos objetivos da medida provisória é o fortalecimento do sistema energético brasileiro

Comissão examina projeto que amplia a ofensiva contra o trabalho escravo

A exploração de trabalho escravo poderá ser punida com reclusão de cinco a dez anos, além de multa, de acordo com o projeto de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que consta da pauta da reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir das 10h. A proposta tramitará em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com o projeto, que recebeu parecer favorável do relator, senador César Borges (PFL-BA), com emendas do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), as pessoas jurídicas que utilizarem trabalho escravo ficarão proibidas, por dez anos, de obter financiamento de qualquer espécie por parte da União ou de entidade por ela controlada, direta ou indiretamente.

– O projeto propõe uma tutela penal mais rigorosa sobre o trabalho escravo, crime dos



RIGOR Jereissati propõe até dez anos de reclusão e proibição de acesso a crédito do governo

mais antigos de nossa civilização ocidental – explica César Borges em seu relatório, já apresentado aos integrantes da comissão, na reunião da última quarta-feira. Na sua opinião, o uso de mão-de-obra forçada “afronta os valores e conquistas sociais após o advento das revoluções liberais e do constitucionalismo”.

Corredor Centro-Oeste

Também estão na pauta o Projeto de Lei do Senado 138/02, do então senador Francis-

co Escórcio, que cria o Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, destinado a diminuir as desigualdades regionais, e o Projeto de Lei da Câmara 47/03, que institui o Cadastro Nacional Centralizado de Correntistas. Segundo a proposta, as instituições financeiras ficam obrigadas a comunicar ao Banco Central a listagem nominal de sua clientela, como forma de facilitar possíveis investigações judiciais.

Dos 43 itens da pauta da reunião da CCJ, 20 são projetos em caráter terminativo, que só poderão ser apreciados se for concluída a votação de medidas provisórias que estão trancando a pauta do Plenário.

Compõem ainda a pauta do colegiado nove propostas de emenda à Constituição, entre as quais a de nº 81/03, de autoria do senador Tasso Jereissati, que fixa os princípios que deverão reger as atividades das agências regulatórias.

CAS analisa assistência psicológica por planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina amanhã, a partir das 11h, uma pauta de 21 itens, todos em decisão terminativa. Uma das propostas (PLS 164/03), de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), prevê assistência psicológica pelos planos e seguros privados de saúde. O parecer do relator, senador Efraim Moraes (PFL-PB), é pela aprovação da matéria.

Outra proposta, de João Alberto Souza (PMDB-MA), torna obrigatória a presença de um psicólogo hospitalar nos serviços públicos e privados de saúde em todo o país. De iniciativa de Paulo Paim (PT-RS), será examinado projeto que inclui no Estatuto da Criança e do Adolescente a proibição de qualquer tipo de trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

A CAS pode analisar na mesma sessão projeto de Aelton Freitas (PL-MG) que aperfeiçoa o plano diretor dos municípios com mais de 20 mil habitantes, conforme prevê o Estatuto das Cidades.

De acordo com o projeto, o plano diretor destinado à expansão urbana estará sujeito à elaboração de estudos sociais, econômicos, urbanísticos e ambientais que permitam dimensionar a demanda para cada segmento do mercado imobiliário, além de definir a melhor maneira de distribuí-lo no respectivo território.

Congresso entrega diplomas às vencedoras do Mulher-Cidadã

■ O Dia Internacional da Mulher também será comemorado na sessão conjunta das duas Casas hoje

Em sessão solene que será realizada hoje, a partir das 10h, no Plenário do Senado, haverá a entrega da 3ª edição do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz às cinco agraciadas deste ano. A sessão conjunta do Congresso servirá também para a comemoração do Dia Internacional da Mulher.

As cinco cidadãs brasileiras que irão receber a homenagem este ano foram escolhidas em reunião realizada no dia 3 de fevereiro pelo Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha

Lutz. Receberão o prêmio Maria Aparecida Schumacher, Maria Gleyde Martins Costa, Mônica Barroso, Eva Sopher e Zuleika Alambert.

A sessão de homenagem começará com uma apresentação do Coral do Senado. Em seguida, haverá pronunciamento do presidente da Casa, senador José Sarney. Deverá falar como representante do Senado a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que é a presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã. Pela Câmara dos Deputados falará a deputada Laura Carneiro (PFL-RJ). Também estão inscritos para pronunciamentos as senadoras Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Roseana Sarney (PFL-MA) e o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Prêmio

O Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz é conferido anualmente, desde 2002. As candidatas ao diploma são indicadas por entidades governamentais e civis que desenvolvem atividades relacionadas à promoção e valorização da mulher. A Mesa do Senado recebe as indicações até o dia 1º de novembro de cada ano e a escolha das candidatas cabe a um conselho de sete membros, composto por senadores e senadoras.

A premiação é uma homenagem a Bertha Maria Júlia Lutz, bióloga formada pela Universi-



dade de Sorbonne e ex-deputada federal, que nasceu em São Paulo em 1894 e faleceu em 1976. Ela teve papel fundamental na aprovação da lei que outorgou às mulheres o direito de votar e de serem votadas.

Projeto prevê mais vitaminas e ferro no leite das crianças

A Comissão de Educação (CE) do Senado reúne-se hoje, a partir das 11h, para apreciar, entre outros projetos, o do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) que obriga a adição de ferro e vitamina "A" ao leite distribuído nos programas dos governos federal, estaduais e municipais. O relator da matéria, senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE), é favorável à aprovação do projeto.

Fernando Bezerra justifica, com base em informações do Ministério da Saúde, que nada menos do que 50% das crianças menores de cinco anos e 15% a 30% das gestantes apresentam anemia provocada pela ausência de taxas normais de ferro no organismo.

Ele informou também que a deficiência de vitamina "A" é considerada problema endêmico em grandes áreas das regiões Norte e Nordeste.

Na mesma reunião, a CE vota também projeto (PLS 81/02), de autoria do então senador Carlos Wilson, que permite a dedução integral das despesas de educação, na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física. Atualmente, o limite da dedução é de R\$ 1.700.

Constam ainda da pauta da Comissão de Educação a análise do projeto da então senadora Íris de Araújo que reserva 30% das vagas das universidades públicas, de cada um dos seus cursos, para alunos comprovadamente carentes, bem como a votação de requerimento de autoria do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), que pede a convocação do ministro da Casa Civil, José Dirceu, para esclarecer a acusação feita ao ex-ministro Cristovam Buarque, senador pelo PT do Distrito Federal, "de negligência quanto à educação".



CUIDADOS Fernando Bezerra: "50% das crianças têm anemia por ausência de ferro"

José Cruz



EXEMPLO Luiz Otávio: "Família Coelho de Souza representa bem o Pará na Federação"

Luiz Otávio elogia livro de advogada paraense

Ao cumprimentar as brasileiras pela passagem do Dia Internacional da Mulher, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) registrou o lançamento do livro *O Estado Democrático de Direito e a Hermenêutica Jurídica*, da advogada paraense Roberta Coelho de Souza, realizado na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Brasília, e que contou com a presença de representantes da bancada do Pará no Congresso.

– Roberta Coelho é neta do mestre Daniel Coelho de Souza, ex-reitor da Universidade Federal do Pará, e filha de Frederico Coelho de Souza, ex-chefe da Casa Civil do Pará. A família Coelho de Souza representa bem o estado do Pará na Federação – afirmou.

Histórias de luta, trabalho e paciência

Eva Sopher – Nasceu em Frankfurt, na Alemanha, e emigrou com os pais para o Brasil aos 13 anos em razão da perseguição nazista. Em São Paulo cursou Arte, Desenho e Escultura no Instituto Mackenzie. Em 1939, aos 16 anos, começou a trabalhar na Casa e Jardim Galeria de Arte, que atuava junto à Pró-Arte Sociedade de Artes, Letras e Ciências. Em 1960, mudou-se para Porto Alegre, onde continua trabalhando em atividades culturais. Teve participação efetiva na restauração do Teatro São Pedro, entre os anos de 1975 e 1984. Foi também presidente da fundação que leva o nome do importante teatro da capital gaúcha.

Maria Gleyde Martins Costa – Nasceu em Crateús, interior do Ceará, migrando com os pais ainda criança para Goiânia, onde se formou em Administração de Empresas e Direito, pela Universidade Federal de Goiás, com especialização em Direito Penal e Administrativo. Há 18 anos reside na capital de Roraima. Foi assistente jurídica na Advocacia Geral da União e uma das primeiras mulheres a exercer o cargo de defensora pública. Atuou durante nove anos como procuradora-chefe da Procuradoria Administrativa de Roraima. Tornou-se conhecida nos movimentos feministas pelo seu

trabalho à frente da Delegacia de Defesa da Mulher e na presidência do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher.

Maria Aparecida Schumacher – Nascida em Santa Fé do Sul, interior de São Paulo, é mais conhecida como Schuma e vive atualmente no Rio de Janeiro. É formada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências e Letras da cidade mineira de Machado. Em 1977, engajou-se na causa feminista, atuando na organização não-governamental Centro da Mulher Brasileira, em São Paulo. Fundou em 1980 o primeiro grupo feminista brasileiro de combate à violência contra mulher: o SOS Mulher, também em São Paulo. Trabalhou no Ministério da Justiça como diretora da articulação política do então recém-criado Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, onde atuou de 1985 a 1988. Teve papel fundamental na elaboração da Carta das Mulheres Brasileiras durante a realização da Constituinte.

Mônica Maria de Paula Barroso – Destacou-se na luta pelas mulheres em situação de risco pessoal e familiar atuando na magistratura e na Defensoria Pública, área na qual ainda exerce suas funções em Fortaleza, no Ceará. É reconhecida como referência no tema da violência contra a mulher. Participa de um grupo de traba-

lho no Ministério da Justiça encarregado de elaborar a proposta da política nacional de casas-abrigo e presta consultoria ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Foi eleita, em 1999, vice-presidente do Colégio Brasileiro de Mulheres Advogadas na Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil e esteve presente na formação da OAB Mulher de São Paulo.

Zuleika Alambert – Nasceu nos anos 20 em Santos (SP), onde ainda atua. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, entrou na vida pública, em 1944, no ainda clandestino Partido Comunista Brasileiro. Foi para a URSS, onde estudou Economia, História, Filosofia e Geografia Econômica e, como membro do Partido Comunista, percorreu vários outros países, buscando aprender novas formas de luta pela liberdade. Foi eleita deputada em 1947 e cassada meses depois, tendo seus direitos políticos suspensos por dez anos e prisão decretada por cinco anos. Mesmo assim continuou a luta ao lado de pacifistas, nacionalistas, ativistas da União Nacional dos Estudantes (UNE) e defensores do petróleo. Em 1969 foi exilada por um período de dez anos. Retornou ao Brasil em 1979 com a anistia e, em 1983, ingressou na Frente das Mulheres Feministas.

Célio Azevedo



FATO INÉDITO Serys diz que município de Lucas do Rio Verde está isolado

Serys cobra recuperação de estrada em Mato Grosso

Serys Shessarenko (PT-MT) pediu ontem que o Ministério dos Transportes “volte seus olhos com determinação” para a BR-163, que se encontra com três trechos interrompidos, devido às fortes chuvas. O problema acarretou o isolamento do município de Lucas do Rio Verde. A senadora disse que isso nunca aconteceu na história de Mato Grosso.

O outro rompimento ocorreu na altura do Km 910, próximo ao município de Itaúba. Segundo Serys, esse trecho foi precariamente recuperado, estando uma pista já em funcionamento. A senadora cobrou mais rapidez na liberação de recursos para obras de recuperação viária em Mato Grosso. “Precisamos que as emergências sejam atendidas já”, frisou.

Serys ainda solicitou ao governo do estado que fiscalize o que está ocorrendo no entorno da BR-163. Segundo ela, açudes estão sendo construídos “de qualquer jeito” e, devido ao grande volume de chuvas, correm o risco de rompimento.

A senadora também convidou os demais senadores para a sessão solene prevista para hoje, às 10h, pela passagem do Dia Internacional da Mulher. Na sessão, serão diplomadas cinco mulheres selecionadas pelo Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, após a análise de diversos currículos.

Tião Viana defende o governo no caso da Geap

■ Documento da Casa Civil explica escolha da entidade para prestar serviços de assistência médica aos servidores

O senador Tião Viana (PT-AC) leu ontem nota divulgada pela Casa Civil da Presidência da República com explicações sobre a denúncia de favorecimento por parte do governo à Geap – Fundação de Seguridade Social. De acordo com o documento, a escolha de entidade fechada de autogestão para prestar serviços de assistência à saúde aos servidores da União deveu-se à necessidade de garantir os direitos dos usuários, principalmente os de baixa renda.

Segundo Tião Viana, a Geap sucedeu a Assistência Patronal, em 1993, e foi criada pelo Grupo Executivo da Assistência Patronal (entidade sem fins lucrativos que era subordinada ao antigo Ministério da Previdência e Assistência Social).



DESABAFO “Só ignorância pode levar alguém a lançar dúvidas de ordem ética sobre essa decisão”

O que o Tribunal de Contas da União (TCU) está investigando, de acordo com o senador, são convênios irregulares firmados em 1995 com empresas como Golden Cross e Sul América, em razão da não-regulamentação do artigo 230 da Lei 8.112/90.

Diz a nota que o atual governo editou decreto regulamentando o artigo 230 justamente para dar clareza e segurança jurídica aos convênios, que po-

dem ser efetuados com qualquer entidade privada de autogestão – a Geap não seria a única. Quando conveniadas, essas entidades têm de prestar contas ao TCU, pois administram recursos públicos.

– Peço temperança aos críticos. Só a ignorância pode levar alguém a lançar dúvidas de ordem ética sobre essa decisão – disse Tião Viana.

Em entrevista, o senador informou ter encaminhado requerimento à Mesa do Senado convidando a presidente da fundação, Regina Parizi, e o presidente da Agência Nacional de Saúde Complementar, Fausto Pereira dos Santos, a comparecerem na próxima semana à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Os dois deverão explicar como funciona a Geap e por que o governo decidiu regulamentar os planos de saúde dos servidores. Tião Viana suspeita que a denúncia de irregularidade partiu de empresas privadas que têm interesse num mercado avaliado em cerca de R\$ 2 bilhões.



OPORTUNIDADE Segundo Duciomar, escola criará perspectiva para detentos

Duciomar pede criação da Escola Penitenciária

Duciomar Costa (PTB-PA) solicitou ontem o empenho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na criação da Fundação Escola Penitenciária Nacional, o que deve ocorrer por meio da aprovação de projeto de lei pelo Congresso Nacional. O objetivo da fundação, explicou o senador, é dar ao detento uma oportunidade de reeducação e uma perspectiva de reinserção na sociedade após o cumprimento da pena.

Duciomar lembrou que a proposta foi apresentada pelo então ministro da Justiça Maurício Corrêa, hoje presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ao ex-presidente Itamar Franco, quando da definição das regras básicas para o Programa do Sistema Penitenciário Brasileiro.

O senador ressaltou que a Escola Penitenciária poderá combater a ociosidade e a falta de perspectiva, que, segundo afirmou, levam aos problemas que tornam as prisões brasileiras “um verdadeiro inferno”. Para Duciomar, o governo, nos três níveis de poder, precisa se convencer de que a ação pedagógica “é uma arma poderosa contra o ódio e a violência”.

Duciomar também pediu voto de congratulações do Senado pelo lançamento do livro *O Estado Democrático de Direito e a Hermenêutica Jurídica*, de Roberta Coelho de Souza.

ACM afirma que a Bahia não aceita discriminação

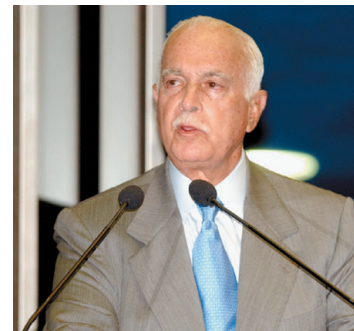
O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) advertiu ontem que “a Bahia não aceita discriminações”, ao comentar notícia de que o presidente da República vai visitar Fortaleza, quando pretende liberar uma verba de R\$ 42 milhões para o metrô da capital cearense. A construção do metrô de Salvador, informou ACM, está quase parando por não receber dinheiro federal.

– Não entendo que o presidente da República continue a discriminar a Bahia, provavelmente para atender a sua bandeira, o que não evitará a derrota do partido do governo em Salvador e em outras cidades

importantes da Bahia. Solicito ao presidente do Senado que envie este discurso ao ministro José Dirceu, da Casa Civil.

Antonio Carlos observou que já houve uma promessa do presidente Lula de liberação prioritária de verbas para o metrô de Belo Horizonte. Agora, noticia-se que o Ceará será o estado a ser beneficiado. “O povo da Bahia está indignado.”

O senador disse ainda acreditar que a proposta de emenda constitucional de sua autoria que torna o Orçamento da União impositivo (de cumprimento obrigatório, sem cortes) “será sabotada” às vésperas de sua votação no Plenário.



SEM RECURSOS Antonio Carlos lembra que construção do metrô de Salvador está quase parando

Em aparte, Duciomar Costa (PTB-PA) declarou que ouvia com tristeza a afirmação de que o projeto do orçamento impositivo deverá ser sabotado pelos governistas. Já Luiz Otávio (PMDB-PA) destacou que a mudança de ministro dos Transportes representa “uma esperança” de recuperação das rodovias do país.



APELO Ramez Tebet solicita ao governo que dê meios à PF para executar seu trabalho

Tebet manifesta preocupação com greve da Polícia Federal

A notícia de que a Polícia Federal entrará em greve a partir de hoje causou preocupação ao senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que alertou o governo para a responsabilidade da instituição na fiscalização das fronteiras e no combate ao tráfico de drogas e ao contrabando. O senador fez um

apelo ao governo e ao Ministério da Justiça para que procurem uma solução para o problema.

Tebet disse que os policiais têm razão, mas observou que, se entram em greve, vão prejudicar o país. Ele pediu ao governo que dê meios à Polícia Federal para executar seu trabalho, lembrando que a PF vem

reclamando isso há muito tempo. O senador ressaltou que a instituição já esteve ameaçada de ficar sem telefones e sem gasolina, e mesmo assim realiza um trabalho sério.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) relatou as dificuldades enfrentadas pela Polícia Rodoviária Federal no Piauí, dizendo que a violência cres-

ce justamente devido às dificuldades enfrentadas pelas forças policiais para executarem seu trabalho.

– Tínhamos medo de o PT mudar as cores da nossa bandeira para a cor vermelha, mas o partido mudou apenas a inscrição na lista branca: em vez de Ordem e Progresso, agora é desordem e regresso – disse.

DENÚNCIAS

Para Geraldo Mesquita Júnior, a instalação da CPI dos Bingos é a única maneira de tirar do Plenário o caso Waldomiro Diniz, que voltou a ser discutido por vários senadores, na sessão de ontem



ADESÃO Mão Santa (foto) anuncia que ele e Papaléo Paes já aderiram à proposta

Mão Santa lamenta a orientação do PMDB

O senador Mão Santa (PMDB-PI) lamentou da tribuna a orientação de seu partido contra a criação de uma comissão de inquérito destinada a investigar a atuação do ex-subchefe da assessoria parlamentar da Casa Civil da Presidência Waldomiro Diniz.

– Está no jornal. Até o vice-presidente da República, José Alencar, afirmou que pessoalmente defende a CPI. Por isso, eu vou continuar tentando vencer meus colegas do PMDB a assinar o requerimento da CPI. Eu já assinei e o senador Papaléo Paes também.

Ele sugeriu ainda que o PMDB lance candidato próprio à sucessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “O PMDB, que vai eleger a maioria dos prefeitos neste ano, tem um projeto político e deve ter um candidato à Presidência.”

Mão Santa leu notícia da eleição de Anthony Garotinho para a presidência do PMDB no Rio de Janeiro, quando ele anunciou sua intenção de concorrer à Presidência da República, em 2006. “Por causa desse caso do Waldomiro, Garotinho até chamou o governo Lula de medroso”, disse o parlamentar.

Em aparte, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) comunicou ao Plenário um acordo para a recondução do deputado Michel Temer (PMDB-SP) à presidência nacional do partido, enquanto o posto de vice-presidente do PMDB deverá ser ocupado pelo senador Maguito Vilela (GO).

Mão Santa também prestou homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Mesquita Júnior pede que seja indicado para a CPI

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) anunciou ontem, em discurso no Plenário, que vai pedir ao presidente do Senado, José Sarney, sua indicação para integrante da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos. Como seu partido decidiu não indicar senador para compor a comissão, o parlamentar vai solicitar sua desfiliação do PSB, como forma de não constranger a agremiação.

– A única maneira de tirar esse assunto do Plenário é investigar a atuação dos bingos e as atividades de um alto funcionário da Presidência da República – afirmou o senador, em referência às denúncias de en-



DECISÃO Mesquita Júnior diz que, para evitar constrangimento, vai solicitar desfiliação do PSB

volvimento em corrupção que foram feitas ao ex-assessor parlamentar da Casa Civil Waldomiro Diniz.

Mesquita Júnior disse que

pretende desempenhar na CPI os papéis de fiscalizador e de defensor da honra e da integridade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu – papéis que ele não considera “conflitantes”. O ex-assessor Waldomiro Diniz trabalhava no Palácio do Planalto sob as ordens de Dirceu.

O senador pelo Acre manifestou-se surpreendido com a nota oficial assinada pelos líderes de quatro dos cinco partidos que formam a base de apoio ao governo no Senado, na qual foi anunciada a decisão de não indicarem representantes para a comissão parlamentar de inquérito.

Valadares: PSB não aceita pedido de desfiliação

Falando em nome da direção do PSB, o senador Antonio Carlos Valadares (SE) garantiu que qualquer pedido de desfiliação do PSB, apresentado por Geraldo Mesquita Júnior (AC), jamais será aceito.

Valadares lembrou que ele próprio assinou o requerimento de instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) para examinar os bingos, não tendo recebido nenhuma pres-

são do partido ou do governo para retirar sua assinatura.

Segundo o senador por Sergipe, no calor da emoção, Mesquita Júnior quis colocar o partido à vontade, afirmando que pediria desfiliação do PSB para evitar constrangimentos.

– Posso garantir que seu pensamento e suas atitudes serão respeitadas dentro do partido – declarou Antonio Carlos Valadares.



SEM PRESSÕES Valadares informa que ele próprio assinou o requerimento da comissão

Osmar Dias afirma que há cinco anos retirada de assinatura evitou apuração

Não é a primeira vez que uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar bingos consegue assinaturas suficientes e deixa de ser instalada, afirmou ontem, em Plenário, o senador Osmar Dias (PDT-PR). Ele lembrou que, em julho de 1999, requerimento de sua autoria foi protocolado na Mesa, mas a CPI não foi instalada porque, a pedido do governo da época, presidido por Fernando Henrique Cardoso, sete senadores retiraram seus nomes do documento.

De acordo com o senador, os argumentos que o governo Luiz Inácio Lula da Silva está utilizando para impedir a instalação de uma CPI que investigue



ESTRANHEZA Para Osmar, mesmo argumento do governo Lula foi usado no passado

as denúncias contra o ex-assessor parlamentar Waldomiro Diniz foram usados pelo governo de então.

Osmar ressaltou que o mes-

mo PSDB que promoveu a retirada de assinaturas do requerimento da CPI em 1999 agora defende uma CPI em nome da moralidade. Já o PT, cujos membros assinaram o requerimento da comissão e se esforçaram por sua instalação, hoje trabalha para que o Senado não investigue o caso, observou.

– Estou tonto diante dos últimos acontecimentos. A confusão está tão grande que a gente até se perde. No passado, eu pedi a CPI com o apoio do PT e vi o PSDB trabalhar contra. Agora estou apoiando a CPI proposta pelo PSDB, e o PT não quer. As pessoas não podem ficar mudando de opinião dessa forma – lamentou.



VONTADE Efraim lembra que, conforme pesquisa, 80% dos eleitores querem investigação

Efraim quer resposta de Magno Malta a acusações

O líder da Minoria no Senado, Efraim Morais (PFL-PB), pediu em discurso que o senador Magno Malta (PL-ES) responda em Plenário às acusações da líder do PT na Casa, senadora Ideli Salvatti (SC), de que ele teria agido “de maneira pouco ética” durante as negociações sobre a formação da CPI dos Bingos. A afirmação da senadora foi publicada em jornais do último sábado.

Efraim leu trechos de notícias dos jornais com frase atribuída à senadora, segundo a qual teria dito: “Ao longo da última quarta-feira, a única pergunta que me faziam era o que o Magno Malta havia pedido em troca” (da não apresentação do requerimento da CPI dos Bingos). Outra frase: “O senador procedeu de maneira pouco ética quando telefonou para o ministro José Dirceu e, sem avisá-lo, colocou a ligação no viva-voz, com sala repleta de jornalistas”.

Na opinião de Efraim Morais, agora só tem um caminho para Magno Malta: “Vir aqui, no Plenário, e mostrar que o que está levantando contra ele na imprensa é mentira. E a forma mais legal para que isso aconteça é ele assinar o requerimento da CPI do Waldomiro”.

Para o líder da Minoria, Magno Malta “precisa fazer isso para que o PT não faça com ele o que fez com o senador Almeida Lima, tentando diminuí-lo”. Efraim ironizou os argumentos do governo, contrários à CPI, observando que mais de 80% dos eleitores pesquisados pelo instituto Datafolha querem a CPI do caso Waldomiro Diniz.

DENÚNCIAS

Ideli anuncia que, se investigações não levarem à punição dos culpados, governo aceitará instalação de CPI. Heráclito responde, dizendo que o PT estimulou criação da comissão. Virgílio critica entrevista de José Dirceu à revista *Veja*

Arthur Virgílio questiona entrevista do ministro José Dirceu

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), criticou ontem o teor das respostas que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, deu em entrevista à revista *Veja* desta semana. Ele questionou a explicação de Dirceu para o fato de não ter afastado Waldomiro Diniz quando das primeiras denúncias de envolvimento dele com

os bingos. De acordo com Virgílio, não se justifica que Dirceu não tenha dado ouvidos às denúncias feitas pelo PT do Rio de Janeiro e pelo ex-secretário nacional de Segurança Pública Luiz Eduardo Soares.

O líder do PSDB também estranhou a ausência de investigação do nome de Waldomiro Diniz pelos setores de inteli-

gência da Presidência da República. Para Virgílio, José Dirceu não foi claro quando reclamou da ausência de informações da Polícia Federal e do Ministério Público sobre inquérito sigiloso contra Waldomiro.

Virgílio mostrou-se escandalizado com a afirmativa de Dirceu de que nem a administração Lula nem os governos es-

taduais e municipais controlados pelo PT estão sendo alvo de denúncias sobre corrupção.

– Como? Santo André é padrão de comportamento ético e de transparência? As ligações de Waldomiro – no governo Benedita da Silva – com a contravenção são padrão de ética e transparência? Que mais? – perguntou o senador.



DESCONFIANÇA Virgílio observa que governo não deu ouvidos às denúncias do próprio PT



ENTREVISTA Antero garante que Dirceu já sabia dos problemas com Waldomiro Diniz

Antero de Barros pergunta: "Tudo isso por causa do Waldomiro?"

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) questionou o governo sobre as razões que o está levando a "rasgar e enterrar o direito da minoria consagrado pela Constituição", em seu artigo 58, parágrafo 3º, referindo-se à CPI dos Bingos.

– Sendo Waldomiro um reles funcionário e se tudo começa e termina no Waldomiro, por que as lideranças se empenham tanto e até emitiram uma nota pública anunciando que não indicarão os membros para a CPI dos Bingos? Será ele tão importante para que as lideranças da base governista rasguem a Constituição? Tudo isso por causa do Waldomiro? – perguntou o senador.

Antero de Barros respondeu às declarações dadas à revista *Veja* pelo ministro José Dirceu. Segundo ele, Dirceu "não falou a verdade" quando afirmou que não sabia do inquérito que investigava seu assessor, uma vez que já era de conhecimento público, pois a revista *IstoÉ* e o jornalista Cláudio Humberto já haviam publicado matérias sobre o assunto.

Ideli diz que governo não aceita exploração política

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), afirmou que o governo não aceitará a exploração política do caso Waldomiro Diniz por meio da instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI). A senadora disse que a expectativa da população brasileira é ver o governo governando e o Legislativo examinando e votando as propostas que estão no Congresso.

Ideli afirmou que apenas se as investigações da Polícia Federal e do Ministério Público não levarem à punição dos culpados no caso Waldomiro, ou se a medida provisória que fechou os bingos for rejeitada, o governo poderá concordar com a instalação da CPI.

A senadora ressaltou que, por



MANOBRAS Segundo Ideli, oposição tentou paralisar Executivo e Legislativo

enquanto, as investigações prosseguem normalmente. Para ela, a nota conjunta dos partidos da base de sustentação do governo no Senado (PT, PCdoB, PMDB, PSB e PPS), divulgada na semana passada, foi clara ao

não concordar com a tentativa dos partidos de oposição de paralisar o Legislativo e o Executivo.

Ideli Salvatti lamentou o clima "beirando a histeria" que caracterizou o Senado na semana passada, com uma sucessão de fatos a seu ver lamentáveis, como o discurso do senador Almeida Lima (PDT-SE), a exploração política de um crime comum (o assassinato do primo do senador Antero Paes de Barros), seguido de manobras "de ir e vir no protocolo da CPI", feitas pelo senador Magno Malta (PL-ES).

Os partidos de sustentação do governo no Senado decidiram reagir e, por esse motivo, assinaram a nota conjunta, relatou a senadora.

Heráclito nega manobras da oposição para colher assinaturas e instalar CPI

Em resposta à líder do PT, Ideli Salvatti (SC), que disse que a oposição protagonizou idas e vindas durante o processo de coleta de assinaturas para a CPI dos Bingos, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) avisou que ela, ao não falar na "verdade dos acontecimentos, fere suscetibilidades inclusive de parlamentares da oposição que, em parte, estão solidários com o momento que o seu partido e o governo vivem".

– Quero discordar com a tranquilidade de quem não assinou ainda o requerimento pedindo a CPI. Não é justo ocupar a tribuna, com a responsabilidade da liderança, para di-



CONSTRANGIMENTO Heráclito afirma que parlamentares do PT foram desmoralizados

zer que a oposição foi e voltou no episódio da CPI dos Bingos. Se alguém foi e voltou foram seus companheiros de partido,

que, constrangidos, humilhados e desmoralizados, foram obrigados a retirar suas assinaturas do requerimento – afirmou Heráclito Fortes.

Na avaliação do senador pelo Piauí, a CPI jamais teria chegado ao estágio a que chegou se o PT, em um primeiro momento, não tivesse estimulado a sua criação. Ele lamentou que o senador Magno Malta (PL-ES) não tenha participado da sessão de ontem para se defender "das insinuações ou afirmações diretas colocadas por Ideli na última reunião do PT, de que, enquanto se colhiam assinaturas para a CPI dos Bingos, Malta negociava com o governo".

José Jorge: comissão garante direito da minoria

O senador José Jorge (PFL-PE) defendeu a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para verificar a atuação dos bingos. O senador argumentou que, a partir do momento em que é obtido o número necessário de assinaturas para a criação de uma CPI, ela deve ser instalada.

José Jorge ressaltou que a CPI é um instrumento garantido à minoria.

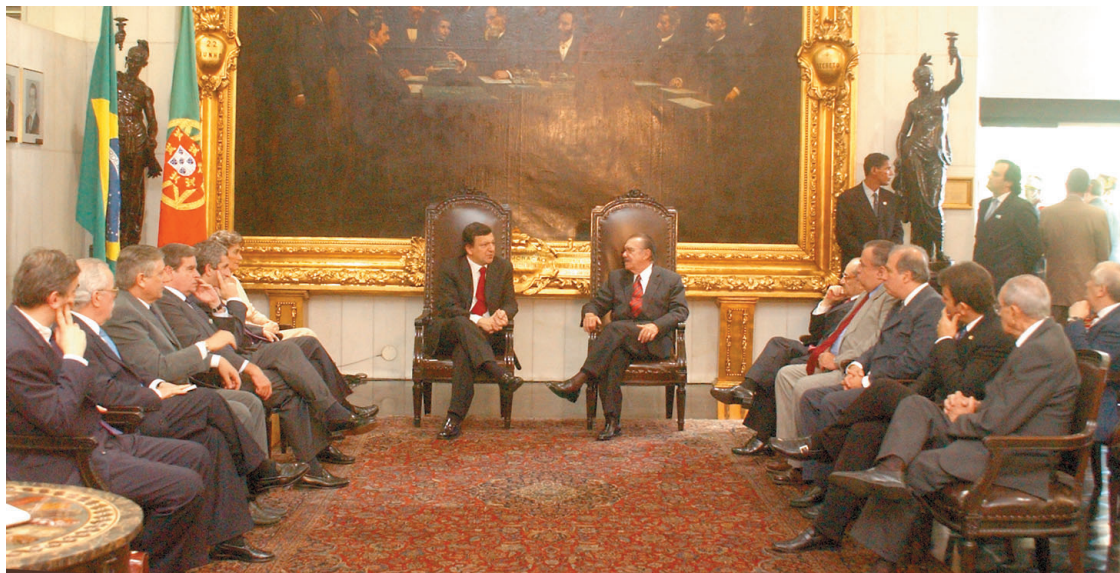
O senador entende que, se os líderes da base governista não indicarem os representantes de seus partidos que deverão integrar a comissão, e se o presidente do Senado, José Sarney, também não o fizer, esse direito da minoria estará sendo subtraído.

Para o parlamentar, apesar de o Regimento Interno do Senado não deixar explícito, o da Câmara e o do Congresso deixam claro esse procedimento.

José Jorge disse que via com naturalidade que a base governista e a oposição, antes governo, tenham mudado de posição sobre comissões parlamentares de inquérito, já que cada um está cumprindo seu papel.



NATURALIDADE José Jorge comenta que governo e oposição trocaram papéis



Genildo Magela

INTEGRAÇÃO Durão Barroso elogiou Sarney pelo esforço em fortalecer as relações entre os dois países

Primeiro-ministro de Portugal visita o Senado

Portugal é a porta de acesso ao mercado europeu para os brasileiros, destaca Durão Barroso

Num encontro marcado pela cordialidade, o presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o primeiro-ministro de Portugal, José Manuel Durão Barroso, que visita o Brasil a convite do presidente Lula, para participar da 7ª Cimeira Brasil-Portugal.

Na visita, foi ressaltado que Portugal é o único país europeu com o qual o Brasil mantém relacionamento institucional regular, daí por que Durão considerou importante que empresários brasileiros aproveitem esse canal de entrada para intensificar seu comércio com os países europeus. "Tal relação de intimidade entre os dois países talvez não haja no mundo", observou Durão.

O primeiro-ministro português elogiou Sarney pelo papel desempenhado no aprofundamento das relações com Portugal. E manifestou sua alegria por estar na "Casa da democracia no Brasil" e pelo encontro. O presidente do Senado disse que o Legislativo brasileiro acabava de comemorar 180 anos, o que o tornava um dos mais velhos parlamentos do mundo.

Reformas

Explicando que essa é a Casa onde se questionam todos os problemas brasileiros, Sarney destacou que, no ano passado, o Legislativo se dedicou às reformas tributária e da Previdência, devendo este ano dedicar-se à reforma do Poder Judiciário. Também se referiu ao significado democrático de o Poder Executivo brasileiro ser hoje ocupado por um operário. "Um grande exemplo para todo o mundo", concordou o primeiro-ministro português.

Durão Barroso lembrou que, no próximo dia 25 de abril,

Portugal celebrará 30 anos de redemocratização. "Tudo isso foi muito importante para termos um espaço democrático cada vez mais amplo", afirmou.

Integrava a comitiva do chefe do governo português a ministra dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, Maria Teresa Pinto Basto Gouveia, além de outras autoridades daquele país.

Representando o presidente da Câmara dos Deputados, Augusto Nardes (PPB-RS) participou do encontro, que contou também com o embaixador brasileiro em Portugal, Paes de Andrade, os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) e Alberto Silva (PMDB-PI); e os deputados Paes Landim e Maurício Rabelo (PL-TO). Encerrado o encontro, Sarney comentou a sedimentação das relações entre os dois países, citando Fernando Pessoa: "Nossa pátria é a língua portuguesa".

Artesanato de mulheres indígenas em exposição

Como parte da programação do Dia Internacional da Mulher e do Ano da Mulher, foi aberta ontem, na Senado Galeria, exposição com artesanato confeccionado por mulheres indígenas do Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia. As obras estarão expostas até o dia 12 de março. Também produtos alimentícios elaborados de maneira sustentável pela Associação de Produtores Alternativos (APA) fazem parte da exposição.

A mostra é uma iniciativa da senadora Fátima Cleide (PT-RO).

Esta exposição representa uma oportunidade para que o público conheça a produção das mulheres da Amazônia e sua capacidade de organização. As mulheres indígenas e as que trabalham no extrativismo e na agricultura contribuem

fortemente para a preservação do ambiente em que vivem – declarou a senadora.

Bolsas, pulseiras, balaios, vasos, arcos e flechas, colares, gargantilhas, cocares e abanos são algumas das peças indígenas que serão apresentadas. A APA trouxe ainda tintura de própolis, óleo de copaíba, guaraná em pó, mel, polpa de frutas, geléia e farinha de babaçu, entre outros produtos.

Especialistas criticam regionalização na TV

O Conselho de Comunicação Social debateu ontem, em audiência pública, a regionalização da programação cultural, artística e jornalística e a produção independente nas emissoras de rádio e TV. O discussão teve o objetivo de instruir a votação do projeto de lei da Câmara, de autoria da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que trata desses temas (PLS 59/03).

Foram ouvidos os jornalistas Flávio Cavalcanti Junior, diretor do SBT Brasília, Washington Mello, diretor do grupo Bandeirantes Brasília, e Paulo Fer-

nandes Neto, da Rádio Jornal do Comércio do Recife. Eles criticaram o conteúdo do projeto, manifestando-se contrários à proposta, que tem o apoio do Ministério da Cultura, conforme afirmou o assessor da Secretaria do Audiovisual, Manoel Rangel.

Hoje, às 9h, o conselho volta a se reunir para analisar os depoimentos e finalizar o relatório sobre a regionalização das emissoras de rádio e televisão. O conselho é um órgão auxiliar do Congresso, com funcionamento previsto pela Constituição federal.

Alvaro Dias: país sofre com paralisia do governo

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou ontem preocupação com o futuro do Brasil, partindo de uma análise da situação econômica e dos últimos acontecimentos políticos. Ele apontou incoerências e descalabros que estariam comprometendo a governabilidade do país.

Ao analisar nota divulgada pelo Partido dos Trabalhadores, nesse fim de semana, em que defende mudanças na política econômica e acusa a imprensa e a oposição de campanha para desestabilizar o governo, o senador afirmou que "essa é a reação histórica daqueles que se sentem acuados". Ele ressaltou que a oposição apenas manifesta "o desejo da sociedade de um governo transparente, que permite fiscalização e apuração, para que seja possível a punição e o desestímulo ao ilícito".

Alvaro Dias citou dados sobre a situação econômica do país, com destaque para documento elaborado pela Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base, que considerou "um verdadeiro libelo contra a falta de planejamento do governo do PT". Diz o documento que a queda do Produto Interno Bruto, em 2003, e dos níveis de emprego e renda, "sem reação coesa do governo", colocaram em risco as expectativas de crescimento.

– Isso é muito sério. As expectativas de crescimento estão



Roosevelt Pinheiro

INCOERÊNCIAS Para Alvaro Dias, "PT ganhou as eleições, mas perdeu o governo"

comprometidas exatamente pela paralisia governamental, pela ausência de reação a fatos econômicos e sociais que preocupam a população – frisou.

O senador acrescentou ainda que a nota divulgada pelo PT mostra que o partido "ganhou as eleições, mas perdeu o governo", ressaltando não saber qual será a leitura que fará o investidor estrangeiro.

– Intrigas, disputas palacianas, implosão do núcleo duro numa verdadeira bolsa de intrigas que é alimentada pela ação governamental – lamentou.

Em aparte, o senador Efraim Morais (PFL-PB), observando que o PT hoje "foge da CPI como diabo da cruz", lembrou que "quem tem medo da CPI tem medo do povo". Também em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) destacou que o PT desperdiçou seu capital ético ao barrar a comissão parlamentar de inquérito.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos e Papaléo Paes e pela senadora Serys Slhessarenko